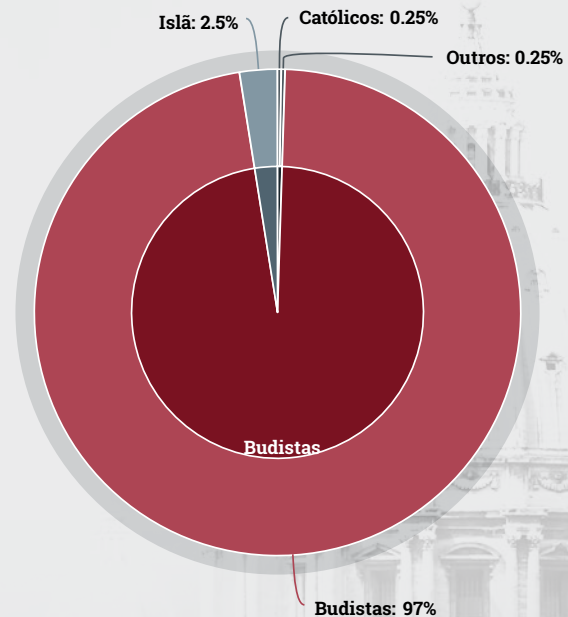
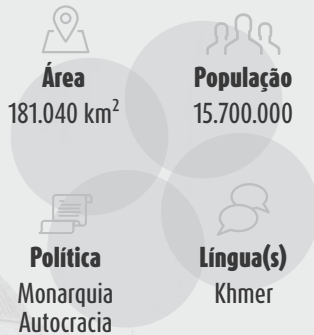


Camboja



Em 10 de dezembro de 2013, Dia Internacional dos Direitos Humanos, 300 monges budistas manifestaram-se pacificamente no exterior da Assembleia Nacional, o edifício do Parlamento cambojano em Phnom Penh, a capital. Com uma petição apelando o fim dos abusos de direitos humanos no Camboja, os monges, a grande maioria deles jovens, foram aplaudidos por multidões de vários milhares de pessoas antes de dispersarem pacificamente, com uma grande unidade policial nas proximidades.^[1]

Este foi o décimo dia em que vários pequenos grupos de monges se puseram a caminho da capital. Marchavam em resposta ao apelo de um monge chamado o Venerável But Buntenh, o principal organizador da Independent Network of Monks for Social Justice [Rede Independente de Monges pela Justiça Social].

As manifestações ocorreram num contexto de confusão após as eleições legislativas de Julho de 2013. O partido do primeiro-ministro, Hun Sen, no poder desde 1985, alegou ter ganho, mas o seu principal opositor, Sam Rainsy, disse que as eleições tinham sido marcadas por fraudes graves. Entre a incerteza política, o Venerável But Buntenh explicou as razões da manifestação: “Uma vez que as eleições não conseguem gerar justiça, e uma vez que os dois partidos políticos são incapazes de quebrar o impasse na situação, nós (os monges) temos de intervir. A religião é o único

poder capaz de livrar o país dos problemas nos quais este se envolveu.”

A Rede Independente de Monges pela Justiça Social está muito presente nas plataformas das redes sociais e alega ter 3 mil membros. A organização rejeita a alegação de que está do lado de Sam Rainsy, o líder da oposição. O Venerável But Buntenh disse: “Estamos trabalhando para toda a nação”, acrescentando que espera que, “ao usar os princípios budistas”, o seu movimento seja capaz de “transformar uma situação negativa numa positiva”.

Partindo do pagode (torre budista) de Phloach, em Kompong Speu, a cerca de 40 km a oeste de Phnom Penh, o Venerável Ngim Sao Samkhan caminhou com cerca de vinte monges e 100 leigos. Ao chegar ao exterior da Assembleia Nacional, explicou que, na sua opinião, “o objetivo da caminhada é promover os ensinamentos budistas, ligando-os aos direitos humanos”. E acrescentou: “Queremos que as autoridades e as pessoas compreendam o valor dos direitos humanos, da liberdade e do direito a expressar a própria opinião.”

Ao fazê-lo, os monges ativos no âmbito desta organização tinham consciência de estar quebrando tradições estabelecidas, que obrigam os monges budistas a permanecer à margem do Estado e dos assuntos do Governo. Outros monges mais velhos avisaram dos perigos de manifestações vistas como tendo motivações abertamente políticas. Em Phnom Penh, o Venerável Khim Sorn, líder da seita Mohanikay, o principal ramo do Budismo Khmer, expressou o seu “apoio ao princípio de uma marcha pelos direitos humanos, mas não se a marcha tiver fins ilícitos ao procurar criar desordem e espalhar confusão na mente das pessoas”. Entretanto, os

[1] Églises d'Asie: “Des moines bouddhistes s'engagent pour la défense des droits de l'homme”, 17 de Dezembro de 2013 (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-sud-est/cambodge/2013-12-17-des-moines-bouddhistes-s2019engagent-pour-la-defense-des-droits-de-l2019homme>)

patriarcas supremos do Budismo Khmer, cuja proximidade do partido no poder é uma questão de notoriedade pública, ameaçaram excomungar qualquer monge que participassem na marcha. O Governo tentou impedir a marcha de chegar a Phnom Penh, nomeadamente forçando os monges seniores dos pagodes a fecharem os portões dos mosteiros e a recusarem acesso ao seu mosteiro para pernoitar.

Nesse dia, 10 de dezembro de 2013, os monges dispersaram pacificamente, depois de lerem uma longa lista de violações de direitos humanos no Camboja. Entretanto, a polícia, em grande número, manteve-se próxima e filmou todos os que participaram nesta manifestação. Contudo, um mês antes, em 12 de novembro, a dissolução de uma manifestação de trabalhadores em greve numa fábrica de têxteis tinha sido muito menos pacífica. Uma comerciante de rua tinha sido morta por uma bala perdida disparada pela polícia. A Licahdo, uma grande organização de defesa dos direitos humanos, mostrou um vídeo da polícia espancando violentamente um monge que tinha as mãos juntas em frente à cara, fazendo a saudação khmer tradicional. Além disso, um grupo de mais de dez monges foi interrogado e detido por pouco tempo antes de ser novamente liberado.^[2]

O envolvimento dos monges budistas na cena política e social durante esta manifestação de 10 de dezembro não ocorreu a partir do nada e tinha antecedentes. A situação fez lembrar uma outra em 1998, quando jovens monges e noviços se juntaram em protestos nas ruas contra as alegadamente fraudulentas eleições legislativas de julho desse ano, nas quais o partido de Hun Sen se manteve no poder.^[3] Durante uma marcha pacífica, a polícia disparou contra os manifestantes e houve dezenas de vítimas entre os monges.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA

Com a vasta maioria dos cambojanos seguindo o Budismo Theravada, não é surpreendente que a religião ocupe um lugar central e proeminente na vida do país. O artigo 43º, parágrafo 3 da Constituição de 21 de setembro de 1993 afirma: “O Budismo é a religião do Estado.”^[4]

O enquadramento legal do país torna claro que os Cambojanos têm direito a gozar de um elevado grau de

liberdade religiosa. O artigo 43º (seções 1 e 2) da Constituição afirma: “Todos os cidadãos cambojanos têm direito pleno à liberdade de crença. A liberdade de crença e de prática religiosa deve ser garantida pelo Estado, desde que esta não ofenda outras crenças ou religiões ou vá contra a ordem e a segurança públicas.”

Para o Governo, que é muitas vezes acusado de agir de maneira autoritária, a liberdade dos monges budistas de se manifestarem é claramente limitada, pelo que é visto como uma ameaça à “ordem e segurança públicas”. Quando as marchas pelos direitos humanos aconteceram em 2014, com os monges participando com frequência, os patriarcas das duas ordens monásticas e o ministro da Religião assinaram um comunicado conjunto em 7 de dezembro de 2014 proibindo os monges de participarem em marchas, manifestações, greves e revoltas “para preservar a dignidade do Budismo”. O Venerável But Bunteng, um manifestante extremamente ativo, reagiu dizendo que não estava preocupado com este aviso.^[5] Sem demora, em 17 de dezembro de 2014, o Venerável Tep Vong, patriarca supremo da ordem Mohanikay, acompanhado do Venerável Bou Kry, patriarca da ordem Thommayuth, proibiu 50 mil monges de participarem nas eleições seguintes. “Se um monge estiver a favor de um dos lados, perde a sua neutralidade”, afirmou Tep Vong.^[6]

Embora seja do conhecimento de todos que os pagodes estão largamente sob o controlo do Partido Popular Cambojano (PPC) no poder, há sinais de um movimento mais liberal dentro do Budismo. Em 18 de dezembro de 2014, mais de 100 monges manifestaram-se em frente aos edifícios da Assembleia Nacional para exigirem a libertação de dezoito membros detidos do partido da oposição. Cerca de quarenta desses monges viraram as suas tigelas de esmola para baixo nessa ocasião, tal como o tinham feito os seus colegas mianmarenses em 2007, um gesto simbólico extremamente poderoso que indica uma recusa em aceitar esmolas do ministro e que implica que os que oferecem estas esmolas não são dignos de adquirir os méritos que elas implicam.^[7]

No entanto, nem sempre se trata da elite política do Camboja vacilar perante o incitamento dos budistas. Por exemplo, em 2011, nos confrontos entre o Camboja e a Tailândia por causa do templo Preah Vihear, que os dois países reivindicam para si, o incitamento do Governo cambojano não hesitou em apelar aos líderes religiosos do Camboja para que pressionassem a ONU a persuadir a comunidade internacional a envolver-se nesta crise.^[8] O conflito que aconteceu entre 4 e 7 de fevereiro

[2] Églises d'Asie: “Le point sur l'actualité politique et sociale du 1er octobre au 21 novembre 2013”, 22 de Novembro de 2013 (<http://eglisie.mepasie.org/asia-du-sud-est/cambodge/2013-11-22-pour-approfondir-le-point-sur-l2019actualite-politique-et-sociale-du-1er-octobre-au-21-novembre-2013>)

[3] Églises d'Asie: “Une nouvelle génération de moines bouddhistes fait son entrée sur la scène politique”, 1 de Outubro de 1998 (<http://eglisie.mepasie.org/asia-du-sud-est/cambodge/1998-10-01-une-nouvelle-generation-de-moines-bouddhistes-fait>)

[4] Constituição do Camboja: <http://mjp.univ-perp.fr/constit/kh2010.htm>

[5] The Cambodia Daily: “Buddhist Patriarchs Ban Rallies, But Activist Monks March Forth”, 8 de Dezembro de 2014 (<https://www.cambodiadaily.com/archives/buddhist-patriarchs-ban-rallies-but-activist-monks-march-forth-73760/>)

[6] The Cambodia Daily: “Clergy Seeks Law to Ban Monks From Voting”, 18 de Dezembro de 2014 (<https://www.cambodiadaily.com/archives/clergy-seeks-law-to-ban-monks-from-voting-74417/>)

[7] The Cambodia Daily: “Monks Turn Over Alms Bowls to Protest Jailing of Activists”, 19 de Dezembro de 2014 (<https://www.cambodiadaily.com/archives/monks-turn-over-alm-bowls-to-protest-jailing-of-activists-74500/>)

[8] Remontando ao séc. XI e situado sobre um monte, o templo khmer de Preah Vihear

de 2011 provocou cerca de dez mortos, além de inúmeros feridos, e causou a deslocação de milhares de pessoas. Pouco depois de começarem as trocas de tiros entre soldados tailandeses e cambojanos, a Igreja Católica do Camboja, para referir apenas uma comunidade religiosa, foi contatada pelo ministro da Religião do Camboja. De acordo com Monsenhor Olivier Schmitthaeusler, o vigário apostólico de Phnom Penh, o ministro expressou o desejo de ver as religiões do país manifestarem apoio pelo apelo do Camboja à mediação por parte do Conselho de Segurança da ONU. A Igreja Católica respondeu publicando um comunicado em que apelava a “ambas as partes para que procurem a paz através da verdade”^[9] Parece que o pedido do ministro da Religião, dirigido a budistas, muçulmanos e cristãos (protestantes e católicos), não teve os frutos desejados. A ONU recusou envolver-se nesta disputa entre os Governos cambojano e tailandês.

Para além destas tentativas de instrumentalizar a religião para fins políticos, os Cambojanos gozam em geral de ampla liberdade religiosa. Nomeadamente, as minorias religiosas não sofrem em geral opressão às mãos da esmagadora maioria budista. O artigo 31º da Constituição expressa o princípio da igualdade perante a lei: “Cada cidadão cambojano é igual perante a lei, gozando dos mesmos direitos e liberdades e cumprindo as mesmas obrigações, independentemente da raça, cor, sexo, língua, crença religiosa, tendência política, local de nascimento, estatuto social, riqueza ou outro estatuto.”

As únicas causas significativas de preocupação relativas à liberdade religiosa têm origem na alegada falta de respeito pelos direitos humanos manifestada pelo partido PPC no poder e pelo seu líder, Hun Sen. Por exemplo, em setembro de 2014, depois do Camboja ter assinado um acordo controverso com a Austrália sobre o regresso de refugiados e migrantes detidos pelas autoridades australianas na pequena ilha de Nauru.^[10] Houve protestos por parte de ativistas de direitos humanos em ambos os países, que se opuseram vigorosamente ao acordo. Antes disso, em dezembro de 2009 e apesar da convenção da ONU de 1951, o Camboja tinha repatriado à força vinte e um refugiados muçulmanos uigures

(povo de origem turcomena) para a China e mais tarde também enviou de volta cristãos montagnards para o Vietnã, em outubro e novembro de 2015.^[11] O povo Montagnard é uma minoria étnica que vem do Planalto central do Vietnã e fugiu do seu país por razões políticas e religiosas.^[12] Até à data, apenas cinco dos requerentes de asilo detidos na ilha de Nauru concordaram em sair e regressar ao Camboja.^[13]

Por outro lado, parece que outro assunto que se tem arastado ao longo de anos, nomeadamente o dos cristãos montagnards que procuraram refúgio no Camboja, pode finalmente ser resolvido. Em 21 de janeiro de 2016, o Governo cambojano anunciou, após anos de recusa da sua parte, que os pedidos de asilo de 170 montagnards iriam ser analisados em breve.^[14] Parece agora que o Alto Comissário da ONU para os Refugiados (ACNUR) pode assumir a responsabilidade de encontrar um terceiro país que os acolha.

No que diz respeito aos cristãos, o sucesso das comunidades protestante, evangélica e pentecostal em particular não parece ter levantado qualquer dificuldade específica. A Igreja Católica continua tranquilamente a reconstruir-se depois de quase ter sido dizimada durante as perseguições dos Khmer Vermelhos e depois da ocupação vietnamita até 1990. Em junho de 2015, os líderes da Igreja Católica do Camboja lançaram formalmente o processo que se espera que leve à beatificação de trinta e cinco mártires que foram executados ou que morreram de fome e exaustão durante a guerra civil de 1970 a 1975 e, mais tarde, sob o regime de Pol Pot e dos Khmer Vermelhos, que estiveram no poder de 1975 a 1979.^[15] Se o processo for bem-sucedido, será a primeira vez para o Camboja, um país que até agora não tem qualquer beato ou santo formalmente reconhecido pela Igreja Católica.

é reivindicado tanto pela Tailândia como pelo Camboja. O conflito resulta da definição de fronteiras durante o período colonial, de uma convenção de 1904 e do tratado de 1907 assinado entre o Reino de Sião e a França, que era então o poder colonial do Camboja. Nessa altura, o templo de Preah Vihear foi incluído no mapa do Camboja. Em 1949, Banguet declarou que este mapa era inválido e ocupou o templo, apesar dos protestos de Paris. Em 1953, quando o Camboja obteve a independência, a situação permaneceu inalterada, mas em 1962 o Tribunal Internacional de Justiça em Haia concedeu a soberania sobre o templo ao Camboja. Em 2008, o pedido do Camboja para incluir o templo na lista da UNESCO de Património Cultural da Humanidade reavivou a disputa. Hoje em dia, o templo e o terreno de 4,6 km² que o rodeia tornaram-se num jogo político no qual está em risco o orgulho nacional de ambas as partes.

[9] Églises d'Asie: “Le Cambodge appelle les religions à se manifester dans le conflit qui l'oppose à la Thaïlande au sujet du temple khmer de Preah Vihear”, 17 de Fevereiro de 2011 (<http://eglasiemepasie.org/asi-du-sud-est/cambodge/2011-02-17-le-cambodge-appelle-les-religions-a-se-manifester-dans-le-conflit-qui-l2019oppose-a-la-thaïlande-au-sujet-du-temple-khmer-de-preah-vihear/>)

[10] The Guardian: “Australia signs controversial refugee transfer deal with Cambodia”, 26 de Setembro de 2014 (<http://www.theguardian.com/world/2014/sep/26/australia-signs-refugee-deal-cambodia>)

[11] Églises d'Asie: “Expulsion des Montagnards vietnamiens réfugiés au Cambodge”, 15 de Setembro de 2015 (<http://eglasiemepasie.org/asi-du-sud-est/vietnam/2015-09-15-la-plupart-des-montagnards-vietnamiens-refugies-au-cambodge-sont-renvoyes-dans-leur-pays/>)

[12] Églises d'Asie: “Les Montagnards vietnamiens demandeurs d'asile sont victimes de la politique de bon voisinage entre le Vietnam, la Thaïlande et le Cambodge”, 2 de Julho de 2015 (<http://eglasiemepasie.org/asi-du-sud-est/vietnam/2015-07-02-les-montagnards-vietnamiens-demandeurs-d2019asile-sont-victimes-de-la-politique-de-bon-voisinage-entre-le-vietnam-la-thaïlande-et-le-cambodge/>)

[13] The Huffington Post Australia: “Incentives Given For Refugees To Leave Nauru”, 12 de Fevereiro de 2016 (http://www.huffingtonpost.com.au/2016/02/11/incentive-nauru-refugee_n_9215246.html)

[14] Jesuit Refugee Service: “Cambodia: Montagnard refugees receive protection and a fair case”, 22 de Janeiro de 2016 (http://en.jrs.net/news_detail?TN=NEWS-20160122082724)

[15] Églises d'Asie: “L'Église du Cambodge ouvre le procès en béatification de 35 martyrs morts sous Pol Pot”, 17 de Junho de 2015 (<http://eglasiemepasie.org/asi-du-sud-est/cambodge/2015-06-17-l2019eglise-du-cambodge-ouvre-le-proces-en-beatification-de-35-martyrs-morts-sous-pol-pot>)